

Bragança: intramuros

A história de Bragança está marcada pela igreja e pelas ordens religiosas que aqui se instalaram, construindo relevante património, intervindo nos domínios de formação cívica e religiosa, nas áreas do ensino, da saúde e da solidariedade social. São exemplo disso mesmo a Ordem dos Franciscanos, dos Monges Beneditinos, das religiosas de Santa Escolástica, e de Santa Clara. Os Jesuítas deram à cidade um enorme contributo cultural, levando o Duque de Bragança a pensar formar uma instituição de altos estudos que viesse-se a tornar-se numa “universidade muito honrada”. A Companhia de Jesus, desde o século XVI, até ao século XVIII, foi a grande impulsionadora da educação, formação e orientação da juventude. Com a expulsão dos Jesuítas, por D. José, no ano de 1759, encerra-se em Bragança um projecto que lhe poderia ter garantido uma posição inicial no sistema universitário Português. De entre missionários e escritores jesuítas, que se distinguiram como reitores e directores do Colégio da Companhia de Jesus, em Bragança, entre outros, merecem referência os padres: Lourenço Mexia, Gaspar Afonso, Fernão Guerreiro, Pêro Rodrigues e Francisco Soares.

No ano de 1764, a sede da Diocese foi transferida de Miranda para Bragança, o maior centro militar, religioso, populacional, comercial e industrial de Trás-os-Montes, enquanto Miranda tinha sido destruída pelos espanhóis, no ano de 1762.

O contributo de âmbito social, está inscrito nas páginas da história do município, com a criação da Misericórdia no ano de 1518, que durante séculos acolheu e apoiou os pobres, os peregrinos a caminho de Santiago de Compostela, de Roma e da Terra Santa, e cuidou dos doentes na sua unidade hospitalar. Esta e outras instituições sociais, ontem como hoje, desempenham um papel central em termos sociais.

A indústria da seda em Trás-os-Montes, faz parte da História de Bragança, marca presença desde o século XV, até ao século XIX, tendo Bragança sido o principal centro industrial, com produção, fábrica e tinturaria. Foi durante séculos uma actividade exportadora, para mercados como o Brasil e a Rússia, dotada de técnicos italianos e de comerciantes ingleses, aqui radicados. No final do século XVII, e princípio do século XVIII, teve uma fábrica por conta de Sua Majestade, fábrica que após ter entrado em decadência, foi posteriormente recuperada pelo destemido negociante Bragançano António José Lopes Fernandes. Essa fábrica em 1794 tinha 232 teares, sendo a mais

importante da região e nela trabalhavam pelo menos 950 trabalhadores. Neste período, cerca de vinte por cento da população estava directamente ligada à indústria da seda.

Nos séculos XVII e XVIII, a indústria da seda passou por altos e baixos, estes devidos a períodos de seca, sentidos nos anos de 1744-1745, e de 1757 a 1758 (está referida nas memórias paroquiais de 1758), a problemas de gestão, de condicionamentos relacionados com o terramoto de 1755, e sobretudo pela acção da Inquisição de Coimbra, que entre 1749 e 1755, assolou de modo violento a martirizada cidade de Trás-os-Montes, perseguindo sobretudo cidadãos ligados à indústria da seda, sob pretexto de judaísmo. A sanha contra os habitantes de Bragança, promovida pela Inquisição e apoiada pelo governador de armas de Trás-os-Montes, levou ao êxodo de muitas famílias, que procuraram novas terras onde pudessem viver, nomeadamente para França e Holanda. Pelos cárceres de Coimbra passaram centenas de cidadãos perseguidos, essencialmente homens de negócios, a quem eram confiscados os bens. A cidade, de 1580 a 1755, soma 1601 cidadãos processados pela Inquisição de Coimbra e de Évora.

No século XVIII, Bragança vê crescer a sua projecção dentro e fora do País, tornando-se de forma destacada no maior centro populacional, comercial e industrial de Trás-os-Montes, apesar das dificuldades associadas às guerras que ocorreram no período de 1640 a 1763, (Guerra da Restauração de 1640 a 1668; Guerra da Sucessão em Espanha de 1702 a 1713, tendo sido devastada pelos espanhóis no ano de 1711, e a Guerra dos Setes Anos de 1756 a 1763, a originar nova ocupação pelos espanhóis). Nesse período, com várias famílias nobres a viverem na cidade, e com um olhar mais atento do poder central, uma presença militar muito significativa, assim como de religiosos, Bragança continua a crescer. Tal crescimento originou significativa remodelação do parque habitacional, consolidando-se o espaço citadino, construindo-se uma urbe mais monumental, sem que tenha ocorrido significativa expansão da área urbana, como bem o explicitam os mapas da época.

Nos primeiros do século XIX (1804), a fome e a peste impuseram uma drástica redução da população e da actividade económica, situação agravada pelas Guerras Peninsulares, no período de 1807 a 1810, devido entre outros factores, à mobilização dos nossos recursos para a guerra, à paralisação da nossa economia, à fuga dos mestres da indústrias, de forma a evitarem o recrutamento militar e, sobretudo, à abertura do Brasil

ao comércio internacional, que deu origem à concorrência desigual entre os produtos ingleses e a nossa rotineira e artesanal indústria. A partir das Invasões Francesas, a indústria das sedas transmontana recua e conhece grandes dificuldades, devido a um conjunto de diversos factores. Por essa altura, Bragança era então a maior e mais rica cidade transmontana, desde sempre o mais importante centro da indústria das sedas no Portugal do interior, a vida económica da cidade assentava fundamentalmente em tal actividade, registando-se uma animação invejável.

A presença dos franceses tornou-se insuportável, por essa razão, o Abade de Carrazedo, Manuel António de Madureira Cirne com alguns populares e militares, organizam um plano de resistência contra os exércitos de Napoleão, movimentam o povo, convidando o General Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda a liderar militarmente a revolta. Aceitou o encargo, e por isso, a 11 de Junho de 1808, na escadaria da Igreja de S. Vicente, fala ao povo de Bragança, assumindo-se como chefe do movimento libertador do jugo dos franceses. Um painel de azulejos colocados na nessa Igreja assinala tão importante acto da História de Portugal. Na retirada das tropas francesas, deixaram nas terras de Bragança, um rasto de destruição com saque a igrejas e ataques a pessoas indefesas.

Segue-se, no ano de 1811 a fome, e nos anos de 1823 a 1847 as Guerras Constitucionais a fazerem-se sentir de forma intensa em Trás-os-Montes, nomeadamente em Bragança, com os problemas que as guerras civis sempre originam: saques, depredações, atrocidades. Este extenso período de guerra originou um profundo declínio da região, atraso e afastamento dos centros de poder e de saber, daí Bragança ter perdido importância no contexto nacional.

No ano de 1855, a cólera atacou, e o ano de 1856 foi de grande escassez de cereais, devido ao rigoroso inverno de 1855/56 que provocou avultados prejuízos, especialmente devido à destruição de estradas e derrube de muitas pontes. Era dramática a realidade económica e social da região, a que Bragança, desprovida de indústrias, estava indissolúvelmente ligada. Com efeito, a agricultura, a única fonte de riqueza de uma região em que a superfície cultivada era apenas de um quarto, debatia-se com falta de braços, mercados limitados pela ausência de vias de comunicação, escassez de capitais e de instrução agrícola. A situação económica da Bragança e seu distrito agravou-se profundamente na penúltima década do século XIX, devido ao afundamento da sericultura e à crise vinícola, que lhe sucedeu, pelo terrível efeito da filoxera, ao inteiro

aniquilamento da cultura do sirgo, e pela baixa considerável no preço do azeite, mergulharam a região numa “crise extraordinária”, que acabou por envolver todas as classes. Na passagem do século XIX para o século XX, Bragança e o Nordeste Transmontano, vão conhecer um dos períodos mais terríveis da sua história contemporânea, caracterizado pela estagnação da economia, mais concretamente, de uma agricultura de baixíssimo rendimento, privada de investimentos indispensáveis à sua modernização e crescimento. Famílias inteiras, “a braços com a miséria extrema emigraram”, sobretudo para o Brasil, que adquiriu maior expressão, com a chegada do comboio no ano de 1906, tendo sido mais acentuada no Norte de Portugal, nos anos de 1911 a 1913. A área urbanística da cidade, no início do século XX não diferia muito relativamente aos finais do século XVIII, e cresceu lentamente até aos anos sessenta do século XX.

A implantação da República, a 5 de Outubro de 1910, não provocou confrontos entre realistas e republicanos de Bragança, mas as mudanças políticas provocam o eclodir de uma imprensa entusiasta, crítica e polémica tão ao gosto da época. Por essa altura já possuía créditos firmado na área da cultura o Padre Francisco Manuel Alves, Abade Baçal, devido aos seus trabalhos relacionados com Bragança e a região. Firme defensor dos patrimónios locais, monumental é a sua obra – Memórias Arqueológicas Históricas do Distrito de Bragança. O seu vigor e entusiasmo são determinantes para a criação do Museu Regional em 1915, que logo incorpora o Museu Municipal. Nomeado o seu director, o Padre Francisco Manuel Alves, soube rodear-se de um conjunto de personalidades (José Montanha, Raul Teixeira, José de Castro, Teixeira Mós, Pires Quintela), que da condição de seus amigos passaram à de mecenas e “Amigos do Museu”.

No ano de 1921, Bragança “entrava na era da electricidade”, a novidade foi grande, cumprindo-se desejo antigo mercê da proficiência do engenheiro francês Lucien Guerche. Na noite de 29 de Outubro desse ano, a Praça da Sé estava iluminada com três lâmpadas eléctricas. Tão grande melhoramento provocou imenso júbilo, levando os estudantes, a no dia 22 de Dezembro (véspera de férias) acenderem um candeeiro a petróleo, para de seguida imediatamente o apagarem debaixo de uma ovação de palmas, simbolicamente, procediam ao enterro da obsoleta iluminação.

Pelos anos trinta e quarenta do século XX, a Ditadura Militar e o salazarismo, impedem Bragança de continuar a ser o centro militar de importância, retirando-lhe três unidades militares, deixando-a confinada ao Batalhão de Caçadores nº3, que será centro de instrução após eclodir da guerra colonial (1961), na qual muitos bragançanos deram provas de bravura e coragem, e outros perderam a vida.

Nas décadas de sessenta e setenta do século XX, muitos cidadãos do concelho, foram obrigados a procurar sustento noutras terras, dadas as dificuldades de aqui governarem a família e educar os filhos, tendo cerca de 16.5% da população partido sobretudo para França e Alemanha, aí conquistando respeito e admiração pelo trabalho, seriedade e humildade. Gente que partiu, se organizou noutras paragens, que não esqueceu a terra onde nasceu, mas a que poucos regressaram, visto os seus descendentes se terem integrado nos países onde nasceram e foram educados.

Desde os anos quarenta até à década de setenta do século XX, há que assinalar a construção de um conjunto de edifícios a marcarem a cidade, sendo exemplos mais significativos o edifício dos Correios, o Patronato de Santo António, o Palácio da Justiça com a casa dos Magistrados, o edifício das Corporações, o Colégio de S. João de Brito, a Pousada de S. Bartolomeu, a antiga Escola Industrial e Comercial e o antigo Liceu (hoje escolas secundárias), o Hospital, as Escolas Primárias das Beatas e o Hotel Torralta.

Na sequência do 25 de Abril de 1974, Bragança recebe e integra harmoniosamente centenas de regressados das antigas colónias. A cidade evolui lentamente devido ao gritante abandono praticado pelo poder central ao não conceber projectos estruturantes para a região, e a negar-lhe recursos suficientes para a colocar em igualdade de circunstâncias com outras cidades sem a sua história, a sua importância e os seus recursos naturais.

Com a adesão de Portugal à C.E.E., no ano de 1986, iniciou-se um ciclo no qual Bragança tem aproveitado importantes apoios comunitários, para se modernizar em termos urbanos. A cidade cresceu, com novas edificações, novas urbanizações, novas avenidas, ruas pavimentadas, novas infra-estruturas de saneamento básico, rios despoluídos, melhoria da iluminação pública, mobiliário urbano adequado e uma grande evolução na sua limpeza, além da evidente multiplicação dos espaços verdes.

Na área social ocorreu uma significativa evolução e na área cultural, em termos de equipamentos, uma revolução. Esta revolução de matriz municipal – que continua – está bem vincada no Centro de Ciência Viva, na Biblioteca Municipal, no Conservatório de Música, no Centro Cultural, na Fundação “ Os Nossos Livros”, na Biblioteca Adriano Moreira, no Teatro Municipal, no Museu Ibérico da Máscara e do Traje e no Centro de Arte Contemporânea Graça Morais. Tão importantes instrumentos, conjuntamente com o Museu Abade Baçal e Museu Militar, permitem uma descoberta dos mundos do Mundo, com o conseqüente acesso a múltiplas áreas do conhecimento na esfera da cultura, da ciência, da educação, da formação, da criação artística e da técnica.

A estrutura do Ensino Superior veio proporcionar um ambiente favorável à economia, à qualificação dos recursos humanos e das instituições, sendo hoje essa mesma qualificação média dos cidadãos, superior à média nacional.

A economia evoluiu, de 1995 a 2005, o poder de compra concelhio cresceu progressivamente 20,6 pontos percentuais, superando a média nacional e média da região nortenha, ocupando a sétima posição de entre os 86 municípios da Zona Norte de Portugal. Ao nível da população activa, a distribuição nos últimos anos transformou-se, o sector primário perde importância de forma incisiva a favor do sector terciário (a grande maioria), e do sector secundário.

Na transição do século XX para o século XXI, Bragança não só resiste ao centralismo manietador, como vence obstáculos apostados em lhe dificultarem a ascensão a cidade de referência no Norte de Portugal. À desertificação contrapõe um conjunto de realizações a guindá-la a uma posição de destaque no plano da cultura e da ciência, com a conseqüente defesa e promoção dos diversos patrimónios, além disso, o fortalecimento das ligações fronteiriças e regionais resistiu a Bragança uma centralidade que teve outrora, tornando-a parceira considerada.

Perguntará o leitor interessado: e o futuro? Este pequeno livro é um escrito breve. E breve sem deixar de contar o essencial da História de Bragança, mesmo em termos do futuro. O futuro de Bragança está a construir-se, diariamente, devido à existência de condições para a formação e desenvolvimento dos conhecimentos dos milhares de alunos a frequentarem o Instituto Politécnico, e as Escolas da cidade.

O futuro de Bragança, está a forjar-se, dia a dia, pelo contínuo aumento da oferta de equipamentos culturais, científicos e de lazer de topo e de tomo, de modo a que a sensibilidade e o entendimento estejam ao alcance de todos: homens de primeiras letras, ou homens cultos.

O futuro de Bragança, passa por cumprir-se um projecto a realçar a sua Proto-História e florescente História, num processo evolutivo, ora mais lento, ora mais rápido, marcado em grande parte por acontecimentos a concederem a Bragança a condição de cidade a marcar a História de Portugal. Esse projecto está em marcha.

Ao longo de séculos, mulheres e homens de Bragança, foram salientes actores de factos ocorridos a nível regional, nacional e universal, cimentando a unidade na diversidade, plena de vitalidade e potenciadora de uma cidade com futuro. Bragança será sempre futuro.

Fonte:

Adaptação de Armando Fernandes, com base em textos da obra “Bragança Marca a História, a História Marca Bragança”.